

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.370.082 - SP (2018/0249120-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : LUIZ HENRIQUE SEMEGHINI
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO GOMES CALLADO MORAES E
OUTRO(S) - SP242953
RAFAEL CEZAR DOS SANTOS - SP342475
AGRAVADO : THEODOSIO DERIO SEMEGHINI - ESPÓLIO
AGRAVADO : LEOPOLDINA MARIA DE ORAIDE ABDO SEMEGHINI -
INVENTARIANTE
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CORROBOREM A VERSÃO DO RECORRENTE. PATRIMÔNIO INCOMPATÍVEL COM A AVENTADA CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 67-73).

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 98, § 5, 99, 489, § 1º e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, sob o argumento de ter havido omissão no acórdão do Tribunal local, bem como de que faria jus aos benefícios da gratuidade de Justiça, cuja declaração de hipossuficiência seria suficiente.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 112).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não é omissa nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas adotando entendimento que ao órgão julgador parecia adequado à solução da controvérsia.

Assim:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REGULAR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INÉPCIA DA INICIAL. HONORÁRIOS. COMPENSAÇÃO.

1. Ausência de violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, pois, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada.

2. Inviabilidade de acolher a alegação de inépcia da inicial, pois a convicção formada pela Corte local decorreu dos elementos existentes nos autos, os quais não são possíveis de ser reexaminados nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Fixada a compensação de honorários na vigência do CPC/1973, deve ser mantida já que acolhida até então pelo ordenamento jurídico, conforme elucidado no enunciado da Súmula n. 306/STJ, tendo em vista que a sucumbência é regida pela lei vigente à data da deliberação que a impõe ou modifica.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1131853/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/2/2018, DJe 16/2/2018)

Quanto à concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, consignou o acórdão local (e-STJ, fls. 53-54):

Entendeu o juízo a quo por indeferir o benefício, sob o argumento de que a profissão do requerente associada à banca de advogados que contratou faz presumir sua capacidade financeira, uma vez que não trouxe aos autos quaisquer elementos hábeis a demonstrar sua impossibilidade de arcar com o recolhimento das custas e despesas processuais. Consignou, ainda, que o fato de estar preso não impede o pagamento.

Com efeito. Pressuposto do Estado Democrático de Direito, a assistência judiciária gratuita para aqueles que comprovam insuficiência de recursos é um direito fundamental inscrito na Constituição da República, no inciso LXXIV do artigo 5.º. O Código de Processo Civil reafirma a garantia, e, no artigo 98, caput, dispõe que "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei".

Contudo, embora o acesso à justiça seja, inequivocamente, direito do jurisdicionado, o benefício da assistência judiciária gratuita deve ser reservado àqueles casos em que a impossibilidade de arcar com as despesas do processo se revele, de fato.

E a necessidade, mediante a declaração, como se sabe, em princípio, presume-se. Ocorre que tal presunção é meramente relativa e, havendo dúvida, pode o juiz ou exigir prova complementar ou mesmo afastar o benefício.

Na hipótese, porém, ainda que não tenha o agravante demonstrado qualquer fonte de renda, a própria natureza da ação o obrigou a colacionar cópia do formal de partilha tirado do arrolamento dos bens deixados pelo falecimento de seu genitor, no qual restou demonstrado que o mesmo recebeu 50% de vasto patrimônio (fls. 21/83 dos autos originários), de todo incompatível com a aventada condição de hipossuficiência.

Não bastasse, recolheu a taxa judiciária para instrução do agravo (fls. 40/41), a que não estava obrigado, avigorando as evidências de possuir, de fato, capacidade financeira para o custeio das despesas processuais.

Como se vê, a conclusão a que chegou o Tribunal de origem, no sentido de manter o indeferimento do pedido de gratuidade da justiça decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos, de sorte que a revisão dos fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, providência que esbarra na Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ.

2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no REsp 1.670.585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 2/4/2018).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO RÉU.

[...]

2. "A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado indeferir o pedido de assistência se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente. Reapreciação de matéria no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça" (AgRg no AREsp 820.085/PE, Rel.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 19/02/2016).

[...]

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.179.941/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 3/9/2018).

Saliente-se, por oportuno, que "*O pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado*" (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 18/12/2008).

A propósito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 18 DA LEI N. 7.347/85. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. JUSTIÇA GRATUITA. HIPOSSUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA N. 7/STJ. LEGISLAÇÃO LOCAL. REEXAME. SÚMULA N. 280 DO STF.

1. A ausência de prequestionamento de dispositivo legal tido por violado impede o conhecimento do recurso especial. Incidem as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

3. Para se aferir a necessidade de recolhimento das custas processuais, no presente caso, seria necessária a análise de direito local, procedimento vedado pela Súmula n. 280 do STF.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no AREsp 869.532/PR, Rel. Ministra MARIA

ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 1/8/2017).

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ.

2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no REsp 1.670.585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 2/4/2018).

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora